

A PRODUÇÃO DA ASSOCIAÇÃO: PERSPECTIVAS DE ATUAÇÃO EM ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES RURAIS

Luciano Padilha dos Prazeres
Universidade Federal de Juiz de Fora
Mestrando em Ciências Sociais
lapdilha_cso@hotmail.com

Resumo

Este estudo tem o intuito de observar e analisar as práticas associativistas entre os pequenos produtores rurais do município de Santa Maria do Suaçuí, MG. A partir da localização das Associações de Pequenos Produtores Rurais (APPR) observaremos as demandas e as estratégias de atuação dos associados. Atentaremos para o exame das concepções que estes mesmos associados estabelecem acerca de suas práticas individuais, coletivas e institucionais. Pretenderemos realizar uma abordagem simétrica com relação ao objeto em questão, ressaltando, como cerne da pesquisa, os problemas postos pelo objeto acerca de sua própria realidade. Utilizaremos a metodologia etnográfica para o levantamento de dados, correlacionando as significações do associativismo produzidas pelos atores sociais com as conceituações exploradas pela literatura especializada.

Palavras-chave: associação; pequenos produtores rurais; antropologia simétrica.

INTRODUÇÃO

Este estudo tem como objetivo a observação e análise das práticas associativistas entre pequenos produtores rurais do município de Santa Maria do Suaçuí. Este município possui cerca de 14.500 habitantes e está localizado no Vale do Rio Doce, região nordeste do estado de Minas Gerais. No município há três Associações de Pequenos Produtores Rurais (APPR), APPR Córrego da Onça, APPR Malva, e APPR Glucínio. A partir de 1990 elas começaram suas atividades enquanto associação. Embora tenham longo período de existência, vê-se nestas associações que não há intensa mobilização dos associados, algumas ainda não possuem estatuto registrado e é baixa a captação de recursos humanos e financeiros. Com o apoio dos órgãos Emater-MG (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais) e SENAR (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural) as associações realizam bastante atividades voltadas para a capacitação dos associados através de cursos técnicos.

Há ainda o incentivo de representatividade política no âmbito de reuniões sindicais, mesmo que este seja um assunto de desinteresse da maior parte dos produtores rurais.

Percebe-se, em uma primeira visita à reunião da Associação de Pequenos Produtores Rurais do Córrego da Onça, a participação incisiva de jovens e representantes públicos. Estes atores sociais procuram dar o tom das reuniões, encaminhando propostas de realização de cursos e participação em eventos regionais, além de incentivar a participação dos demais associados nas reuniões mensais. Urge-se como problema principal o registro das associações, o que permitiria a captação de recursos financeiros junto aos órgãos financiadores, sendo mais um atrativo para a participação efetiva e inclusão de novos associados. A captação de recursos é vista com receio pelos associados mais velhos, que exigem mais responsabilidade dos jovens e demonstram desconfiança em relação aos vereadores e funcionários da prefeitura municipal que participam junto à associação.

As conquistas das associações se dão na integração dos produtores na comercialização de alguns produtos, a

cachaça, feijão e milho, verduras e legumes, além da produção de leite *in natura*. Ainda assim a maior parte da produção é comercializada individualmente, seja no mercado interno ou externo ao município. Basicamente, enquanto associados, os produtores elegem alguns produtos para comercialização, utilizam alambiques comuns para manufaturar a cana-de-açúcar (caso específico da APPR Malva) e congregam um lote de produtos para venda no CeasaMinas (Centrais de Abastecimento de Minas Gerais) da Grande BH e na feira municipal. A princípio, a efetividade das associações se dá pela realização de cursos do que pela produção e comercialização. Dentre os cursos realizados, podemos destacar os cursos de apicultura, avicultura básica, manejo de motosserra e roçadeira, manejo e conservação de pastagem e beneficiamento do leite, entre outros.

Embora as três associações sejam ativas na promoção de cursos de capacitação, elas não conseguem agenciar os associados no tocante a uma produção sistemática e na comercialização dos produtos. A representatividade dos associados é subsumida pela atuação de atores

engajados em seus interesses, sejam individuais ou coletivos. Mais incisiva ainda é a “concorrência” entre as três associações em demonstrar avanços em suas metas. Um fator de dissenso entre os associados é sobre o cultivo do eucalipto. Alegam que esta cultura, apesar da viabilidade econômica a longo prazo, deteriora o solo dificultando cultivos futuros, torna a propriedade improdutiva por um longo período e que no momento do corte o preço da madeira pode, por dinâmicas internas ao mercado, cair o suficiente para gerar prejuízos ao produtor. Outro ponto negativo relacionado ao cultivo do eucalipto é o baixo emprego de pessoas, que restringiria ao plantio e corte das árvores.

A partir desta pequena descrição do quadro de associações podemos interrogar sobre alguns pontos da instituição das associações de produtores rurais. Quais motivações possuem os atores sociais em manter ativa uma associação? Quais estratégias são alocadas no âmbito da associação para o coletivo? O interesse de capacitação para a produção agrícola sobressai o ideário coletivo de produtores para a comercialização da produção? Deve-se ter em mente que as

associações de produtores rurais possibilitam a integração de propostas de trabalho em conjunto, lidando com interesses particulares e coletivos para a inserção no mercado e manutenção/melhoria de seu modo de vida. Mas se é através da associação que estes atores sociais reforçam seus ideários de comunidade, ou pelo menos propagam uma rede de relações sociais, como estes atores canalizam suas demandas?

A bibliografia sobre o mundo rural, em especial sobre as associações de produtores rurais é vasta e respondem de modo mais geral algumas das questões acima. Conquanto seja necessário uma abordagem sistemática sobre a configuração de uma associação, deve-se olhar “de perto e de dentro” o agenciamentoⁱ de recursos, humanos e não-humanosⁱⁱ, para a continuidade do coletivo formado. Podemos então formular uma pergunta norteadora para esta pesquisa: *quais são os problemas emergentes aos produtores rurais enquanto membros de uma associação?*

Se seguirmos a proposta de Bruno Latour (2006) em discorrer sobre as controvérsias que envolvem o “social” e permitir que os atores sociais

produzam suas teorias sobre a sociedade, daremos um passo para o reconhecimento do outro como produtor de explicações sobre sua realidade. Desse modo, este estudo se deterá sobre dois pontos principais: primeiro, sobre o movimento associativista englobando as demandas de atores sociais e suas estratégias de ação social enquanto coletivo; segundo, sobre a produção de significado dos problemas postos pelos atores sociais entre eles. Imbricam-se estas duas questões na possibilidade de dar conta dos problemas postos pelas Ciências Sociais (a saber, os agenciamentos individuais, coletivos e seu correlacionamento), e os problemas emergentes aos objetos de análise destas Ciências. Ainda pensando como proposto por Latour, daremos ao “social”ⁱⁱⁱ o status de ponto de partida da pesquisa em que, decorrente do próprio objeto investigado, abre-se a perspectiva de análise para as controvérsias postas pelo objeto. Neste sentido, a Associação de Produtores Rurais se torna emblemática à medida que permite identificar ações de cunho coletivo e individual, sendo a própria Associação um lócus relevante da vida comunitária.

Nos deteremos sobre as

controvérsias levantadas durante o trabalho de campo por meio de uma abordagem simétrica do objeto de investigação. A partir do que é posto pelo objeto faremos a mediação dos coletivos de enunciação e a tradução dos termos relevantes à investigação. Mais que expor os significados do associativismo, buscaremos analisar a diferenciação das concepções de atuação individualizada, coletiva, e institucional, pelas quais fundamentam-se as estratégias de produção no meio rural. Ao revisarmos as bibliografias de referência tomaremos como centrais as produções teóricas sobre os temas do associativismo e cooperativismo, da configuração dos meios rural e urbano e da pesquisa empírica antropológica. Assim serão postos a prova as conceituações do objeto de investigação e do próprio agente investigador.

O RURAL COMO POTÊNCIA

Tomamos o “rural” como ambiente potenciador de relações sociais, especialmente pela dispersão territorial, pela configuração do espaço e pela propagação de contatos entre os atores sociais. Justifica-se a observação e análise das associações de pequenos

produtores rurais por estas associações envolverem principalmente dois pontos de problematizadores para as Ciências Sociais: os agenciamentos individuais e coletivos. Seria, no ambiente rural, o lócus da associação um espaço para promoção da vida comunitária? Onde se daria o imbricamento das demandas coletivas e individuais?

Ao apontar as demandas dos associados temos que analisar o que propicia a ação em conjunto, daquilo que é relativo ao grupo enquanto totalidade e da ação individualizada, das estratégias criativas dos indivíduos, daqueles atores sociais que, conforme Gabriel Tarde (2005), incitam a novidade para seus pares. Nesta lógica de atuação em associação rural o que roga para uma pesquisa antropológica não é somente a formação da associação enquanto ente coletivo, mas o movimento dos associados, o ente múltiplo, significativo e produtor de significados.

Ao tomar a perspectiva de analisar o objeto em questão a partir dos problemas colocados por ele, abre-se a possibilidade de seguir os atores sociais em sua trajetória. Indagando-se sobre o sentido dado à ação, os atores sociais expressam as significações a respeito de

sua prática, provendo, como sociólogos ou antropólogos, descrições e explicações sobre o ambiente em que vivem. Cabe ao pesquisador agenciar, em um processo de simetrização, os discursos sobre o “social” produzindo “entre eles” para a correlação da produção literária “entre nós”.

O RURAL, O “NOVO RURAL” E AS “RURALIDADES”

Se é no âmbito do ambiente rural que são formadas as associações, deve-se então deter sobre a configuração deste ambiente e sua relação com o urbano. Como exposto por Milton Santos na obra “A Urbanização Brasileira” (2005), a reorganização do território brasileiro e a estruturação dos espaços possibilitam a “urbanização corporativa”. Inclui-se a instituição de meios técnicos-científicos^{iv} na reformulação dos espaços:

o fim do século XVIII e, (...), o século XIX vêm a mecanização do território: o território se mecaniza. Podemos dizer, (...), que esse é o momento da criação do meio técnico, que substitui o meio natural. (...) Esse meio técnico científico (...) é marcado pela presença da ciência e da

técnica nos processos de remodelação do território essenciais às produções hegemônicas, que necessitam desse novo meio geográfico para sua realização. A informação, em todas as suas formas, é o motor fundamental do processo social e o território é, também, equipado para facilitar a sua circulação (Santos, 2005. p.37-38).

Assim, poderia-se falar de “*regiões agrícolas*” e “*regiões urbanas*” ao invés de “*regiões rurais*” e “*idades*”, observando detidamente as esferas de influência e distinções do tipo de relações realizadas sobre os respectivos subespaços. Embora emergem cada vez mais as relações que permeiam ambientes urbanos e rurais: “hoje, as regiões agrícolas (e não rurais) contêm cidades; as regiões urbanas contêm atividades rurais” (Santos, 2005. p.73). Sem dar cabo à idéia de “rural”, as proposições acerca de uma nova ruralidade, ou “ruralidades” se apresentam como propiciadoras de análise mais vasta do mundo rural, sem ater especificamente à atividade econômica. Ainda mais quando ocorre no campo a emergência de atividades múltiplas:

um conjunto de atividades diferentes das tradicionais

passou a ser desenvolvido no campo. Essas atividades caracterizam-se pela incorporação de novos produtos agropecuários, industriais, prestação de serviços e atividades de entretenimento, caracterizadas pela busca por espaços bucólicos e/ou marcados pela tradição cultural, nos momentos de ócio. Essas atividades emergentes em vários pontos do globo, entusiasmaram grupos de estudiosos brasileiros que passaram a falar de um novo rural no Brasil. Mas será que o novo rural é realmente rural? A resposta a essa pergunta depende da aceção de rural e urbano que se adota (Endlich, 2006. p. 12).

Tendo em vista as atividades desenvolvidas no campo, José Eli da Veiga (2006) incorpora em sua análise do meio rural os temas da conservação paisagística e da biodiversidade, do aproveitamento econômico do turismo e do uso de fontes renováveis de energia para apontar a emergência de outra ruralidade.

(...) É o grau de artificialização dos ecossistemas que distingue em última instância o urbano do rural. E é por isso que em vez da revolução urbana, profetizada por Lefebvre, ou do renascimento rural, preferido por Kayser, o que se testemunha neste início do século XXI é o nascimento de

outra ruralidade (Veiga, 2006. p.348).

Estes três vetores, a dimensão econômica, a dimensão ambiental, e o dinamismo do setor terciário, apontam a singularidade da nova ruralidade. Mas o ponto em questão para se pensar as novas ruralidades gira em torno da relação entre urbano e rural, é no espaço “entre”, relacional e potenciadora da tessitura social que se deve buscar a construção do que se diz nova(s) ruralidade(s). Neste sentido, falar de novas ruralidades remete à própria construção do espaço, da capacidade produtiva da população. Ao invés de fechar o “rural” como categoria diferenciada do “urbano”, poderíamos falar do rural como potência^v. Se no ambiente urbano pulsam amplitudes variadas de vida social, permitindo que os atores sociais canalizem suas demandas, no ambiente rural há demais espectros de vida social, especialmente condizentes à dispersão territorial. A potência do “rural” seria então expressa na possibilidade da formação de coletivos, sejam embasados nas redes de parentesco ou de solidariedade, potencializando as relações sociais ao nível da produção de sentido, de um

público^{vi} homogeneizado pelo contato.

SOCIALIDADES NO ESPAÇO RURAL

Não se trata, portanto, de abandonar as discussões realizadas sobre o rural e o urbano, mas sim levar esta discussão ou mesmo trazer as discussões realizadas pelos atores sociais para o debate sobre as conceituações de “urbano” e “rural”. É então pelo contato social que dariam-se as formulações com as quais iremos trabalhar. Ainda assim seguimos a proposta de Carneiro (1998) em observar e analisar as múltiplas possibilidades de interação dos agentes sociais para construir as significações das relações entre espaços, representações sociais e formas de atuação dos atores sociais. Desse modo, a repercussão do associativismo para os associados pode revelar, mais que estratégias de reprodução social ou de inserção no mercado, mas um conjunto de procedimentos para a integração social.

Além de dar repercussão aos conceitos de urbano e rural e apontar para as “novas ruralidades”, cabe apontar também para a revisão do

conceito de socialidade(s), tendo em vista as obras de Marilyn Strathern (2006a; 2006b) em que, sem fechar em um único tom a discussão sobre o social, refletem as parcialidades e multiplicidades de agenciamentos da prática dos atores sociais. Cito Strathern (2006a):

sociedade e indivíduo constituem um par terminológico intrigante porque nos convida a imaginar que a socialidade é uma questão de coletividade, que ela é generalizante porque a vida coletiva é de caráter intrinsecamente plural. A “sociedade” é vista como aquilo que conecta os indivíduos entre si, as relações entre eles. Assim, concebemos a sociedade como uma força ordenadora e classificadora e, nesse sentido, como uma força unificadora que reúne pessoas que, de outra forma, se apresentariam como irredutivelmente singulares. (...) como indivíduos, (as pessoas) são imaginadas como conceitualmente distintas das relações que as unem (Strathern, 2006a. p. 40).

A socialidade refere-se então ao compósito das relações que produzem pessoas que criam e mantêm relações. Relações estas que, conforme Roy Wagner (1981), agenciam significações pelo próprio caráter relacional da

atividade humana.

Ainda assim, a revisão do tema do associativismo urge-se para dar sentido ao objeto de análise. À princípio caberia confrontar as perspectivas do associativismo conforme posto por Cesareo (2004) em que a organização dos atores envolvidos possibilitaria a conformação da vida comunitária. Cito a definição de associacionismo voluntário de Cesareo (2004): “as associações voluntárias consistem em grupos formais livremente constituídos, aos quais se tem acesso por própria escolha e que perseguem interesses mútuos e pessoais ou então escopos coletivos” (p.64). Este autor aponta os processos de industrialização, urbanização e a instauração dos regimes democráticos para o desenvolvimento do associativismo, embora o próprio autor ressalta a identificação da associação pela sua meta:

pode de fato acontecer que uma associação surja em seu princípio para realizar metas diversas das que foram anunciadas ou, então, que sucessivamente os sócios criem finalidades secundárias que, com o tempo, terminam por alterar significativamente ou por mudar totalmente tudo o que a associação se propunha a alcançar na data da

constituição. Daqui a necessidade de identificar, através de um efetivo conhecimento destas agremiações, tanto suas funções manifestas quanto as funções latentes (Cesareo, 2004. p. 65).

Mas antes de concluir a discussão sobre o associativismo, cabe, como proposto neste projeto de pesquisa, partir da significação da associação para os próprios atores sociais.

O CAMPO EM CONSTRUÇÃO: ATUAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS

Para ater ao movimento dos produtores rurais, aponta-se para a metodologia qualitativa e para o trabalho de campo, especialmente com a observação participante, como meios possibilitadores de um agenciamento entre pesquisador e objeto pesquisado. É então neste imbricamento que serão produzidos os enunciados significantes da prática antropológica e da atuação de produtores rurais. Urge-se a utilização de entrevistas semi-estruturadas para estabelecer a continuidade de uma análise sistemática, abrindo ainda para a captação dos discursos que fogem ao trabalho prévio de levantamento de dados.

Não se obstem, contudo, a perspectiva exposta por Jeanne Favret-Saada (2005) em ser afetado pelo objeto. Na situação etnográfica o caráter relacional do pesquisador entra em cena para a realização da própria etnografia. No caso desta pesquisa ser realizada no ambiente do qual é oriundo o pesquisador, os afectos aos quais ele se submete podem entrar em choque com a sua proposta de atuação, o que pode relevar a dupla ou tripla entrada do pesquisador: “um de nós” relacionado aos vínculos anteriores; “alguém de fora” pelo lapso temporal de pertença à comunidade; e o retorno singularizado. Nesta inserção do pesquisador em campo deve-se ir além do método etnográfico clássico da antropologia como realizado por Malinowski (1998): observar, tomar nota, fazer perguntas. Entre o “estar em campo” e a “reflexão sobre o campo”, expõe-se a própria observação participante como ofício do antropólogo em que a etnografia surge não como um método acabado, mas um método em *train de se faire*.

A presença de um pesquisador durante a reunião dos associados da APPR Córrego da Onça não trouxe problemas à primeira vista. A Associação ainda não possui sede, as

reuniões ocorrem na zona rural do município, na casa de um associado, reunindo ao ar livre no quintal da casa. As pessoas chegam de carro, moto, à cavalo ou à pé. Antes de começar a reunião ocorrem conversas informais entre os presentes e logo “institucionaliza-se” a pauta da reunião: a discussão do estatuto e o registro da associação. Dentre as 20 pessoas presentes, entre os 60 associados, três se destacaram ao tomar e reforçar a palavra: “temos que conseguir as assinaturas para o registro da associação”, diz um associado da APPR Córrego da Onça. São distribuídas cópias do esboço do estatuto e papéis para o angariamento das assinaturas. Logo voltam-se as conversas informais e a reunião se encerra com a distribuição de suco e pães para os presentes. Este pode ser um dos momentos principais da reunião, durante as conversas informais são passados mais detalhes sobre as estratégias para a obtenção das assinaturas, das ações futuras e sobre a falta dos demais associados.

Em uma primeira visita à reunião da Associação não é possível deter sobre todos os processos de constituição de uma associação, mas é

possível indicar as linhas de trabalho dos associados. Tomamos então os pontos emergentes na reunião observada: a instituição da associação; a congregação dos associados; e a conversação informal.

A Associação dos Produtores Rurais do Córrego da Onça foi formada em meados da década de 90, passou por um período longo de inatividade e foi retomada à cerca de dois anos. Ainda assim urge-se o registro da Associação, uma vez que os registros anteriores foram invalidados. Para tanto, é necessário a mobilização dos associados, destacando aquelas pessoas que tomam para si a resolução dos entraves burocráticos e reforçando a participação de todos, incitando a participação dos associados ausentes.

Para além das reuniões entre os associados, a congregação entre eles ocorrem de forma parcial, seja nos encontros para realização de cursos de capacitação ou mesmo em encontros informais. Nestes momentos são trocadas informações acerca do processo de constituição da associação, são feitas propostas para ações mediadas pela associação e são atualizadas as informações sobre os demais associados. Neste sentido,

quando dois ou mais associados se juntam eles agenciam informações que serão passadas para os demais pares, levando para o coletivo as decisões sobre as ações da associação. Por exemplo. Em conversas antes da realização da reunião algumas pessoas diziam ser necessário a compra de um pequeno caminhão para vender produtos nas cidades vizinhas. Este produtor já fazia suas vendas em outras cidades utilizando um veículo pequeno para carregar suas mercadorias. Com o uso do caminhão ele poderia levar mais mercadorias, as suas e as dos associados. Ou como sugere um participante da conversa, uma pessoa poderia ir nas cidades para efetuar a venda enquanto que outra faria a distribuição das mercadorias com o caminhão, quanto mais produtos agregados menor seria o custo da viagem. Embora este ponto não tenha sido pauta de reunião, ele permeou as conversas antes e após a reunião, não sendo decidido nada a respeito.

O financiamento de bens para a associação exige que ela tenha seu estatuto registrado e que não tenha pendências judiciais. A compra do caminhão poderia ser feita após a institucionalização da associação, o que,

no momento da reunião, estava em processo de construção. Vale ressaltar que durante a conversação informal são postos em discussão as ações que a associação pode tomar, construindo pautas para próximas reuniões. As discussões que envolvem os associados perpassam o lócus da associação, relevando para outros ambientes a atuação associativista. Práticas ou incitações individuais ganham caráter coletivo pela associação, mas é preciso olhar para além dela para perceber as motivações dos associados, seus desejos enquanto entes coletivos e suas perspectivas de vida.

Tendo em vista os cursos de capacitação realizados e a produção fragmentada, podemos dizer que a incipiência da Associação não promove efetivamente a ação coletiva dos associados, visto na dificuldade de angariar assinaturas para o registro da Associação. Na medida que a Associação incita um trabalho coletivo, através das reuniões, e primeiramente para a sua constituição, as ações dos associados tomam em prol da coletividade uma unidade de agenciamento. A partir, as ações individuais emergem para a consolidação da associação, relevando

para os atores sociais engajados o direcionamento das ações através da associação. Contudo, não ocorre transferência imediata dos anseios individuais para o corpo coletivo. Passo a passo são agenciadas e construídas as vontades coletivas, passando da conversação informal para a pauta de reunião os anseios dos associados.

Antes de finalizar a exposição deste projeto de estudo, cabe ainda relacionar o “rural” da Associação de Pequenos Produtores Rurais. À princípio, o rural seria o espaço no qual se dá o movimento associativista analisado, mais que isso, os próprios associados se denominam “produtores rurais”. Neste ponto, a produção dos associados passaria do campo para o consumo nos centros urbanos, no próprio município, nas cidades próximas e nas grandes cidades como Belo Horizonte e Governador Valadares. Caberia, com o andamento desta pesquisa, relacionar as estratégias de atuação dos associados com os mercados e instituições nos quais eles dirigem seus produtos e atuação. Preza-se nesta relação o imbricamento urbano/rural, imbricamento construído pelos produtores rurais. É pelas múltiplas possibilidades de construção

do rural (Carneiro, 1998) que seguiremos os associados em sua ação.

Pela incipiência deste estudo algumas questões ficaram em aberto, notadamente as formulações dos associados sobre a associação. Conquanto Cesareo (2004) observa que as associações mudam seus objetivos, é pelo “estar próximo” que devemos captar as mudanças inerentes a uma associação, mudanças levadas à cabo pelos próprios associados em sua trajetória. Desse modo, nos passos seguintes desta pesquisa atentaremos para as concepções que os associados realizam a respeito de seus atos e da construção da própria Associação de Produtores Rurais. Resta-nos, até o presente momento, indicar que a atuação dos produtores rurais permeiam ações voltadas para a melhoria de sua produção, através da qualificação com os cursos técnicos, e com o escoamento da sua produção, ação indicada para um fazer coletivo. Neste sentido, o individual e o coletivo tomam forma pela associação, promovendo o individual e potencializando o coletivo na própria coletividade. Para a perspectiva deste estudo, o rural da produção e o coletivo da associação estão em processo de construção,

ligando elementos da produção da vida social no campo.

Abstract

This study have the order to observe and analyze the associated practices between the little farmers of the city Santa Maria do Suaçuí, MG. From the location of Associations of Small Farmers (APPR) we will observe the demands and the strategies of the members. We will watchful the examination of the concepts that the same associated set of practices on individual, collective and institutional. We intends to carry out a symmetric approach to the object in question, emphasizing how the core of research, the problems of the object about its own reality. We will use ethnographic methodology for data collection, correlating the meanings of associations produced by social actors with the concepts explored by the specialized literature.

Key words: association; small farmers; symmetric anthropology.

Mil Platôs. Capitalismo e Esquizofrenia. Vol. 1. Rio de Janeiro: Ed. 34.

ENDLICH, Ângela Maria. 2006. *Perspectivas sobre o Urbano e o Rural*. In: Cidade e Campo: relações e contradições entre urbano e rural. SPOSITO, M.E.B; WHITACKER, A.M. Orgs. Editora Expressão Popular: São Paulo.

FAVRET-SAADA, Jeanne. 2005. Ser afetado. *Cadernos de Campo*, São Paulo, ano 14, n. 13, p. 155-161.

REFERÊNCIAS

IBLIOGRÁFICAS:

CESAREO, Vincenzo. *Associacionismo Voluntário*. In: BOBBIO, Norberto et.all. Dicionário de política. Vol. 01. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 2004, pg. 64-66.

CARNEIRO, M.J. *Ruralidades: novas identidades em construção*. Estudos Sociedade e Agricultura, n.11, outubro 1998, p. 53-75.

CARVALHO, Horácio Martins de. 2005. *O Campesinato no século XXI: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes.

DELEUZE, G; GUATARRI, G. 1995. *Introdução: Rizoma*. In:

FERREIRA, P.R. 2008. *Os afectos malditos: o indizível nas sociedades camponesas*. Editora Hucitec/Anpocs: São Paulo.

INGOLD, Tim. 2000. *The Perception of the Environment*. Essays on livelihood, dwelling and skill. London: Routledge.

LATOUR, Bruno. 2006. *Changer de société*. Refaire de la Sociologie. Paris: Ed. La Découverte.

_____. 1994. *Jamais Fomos Modernos*. São Paulo: Ed. 34.

MOURA, Margarida M. 1986. *Camponeses*. Editora Ática, São Paulo.

MALINOWSKI, Bronislaw. 1998. *Argonautas do Pacífico Ocidental. Os Pensadores*, São Paulo, Abril Cultural.

SANTOS, M. 2005. *A Urbanização Brasileira*. - 5. ed. - São Paulo: Edusp.

STRATHERN, Marilyn. 2006a. *O*

Gênero da Dádiva. São Paulo: Editora Unicamp.

_____. 2006b. *Partial Connections*. Maryland: Rowman & Little Field Publishers.

TARDE, Gabriel. 2005. *A Opinião e as Massas*. São Paulo: Martins Fontes.

_____. 2003. *Monadologia e Sociologia*. Petrópolis: Ed. Vozes.

VEIGA, J.E. *Nascimento de outra ruralidade*. Estudos Avançados, São Paulo, vol.20, n.57, 2006. p. 333-353.

WAGNER, Roy. 1981. *The Invention of Culture*. Revised and Expanded Edition. Chicago: The University of Chicago Press.

como uma disseminação de indivíduos fisicamente separados e cuja coesão é inteiramente mental” (p. 5). Para Tarde, o “público” se faz à distância e por um meio comunicativo que une. Interessa-nos a exploração do conceito de público em seu sentido metaforizado em que a distância, a coesão mental e a conversação entram em cena para a formação e manutenção de vínculos entre os atores sociais.

NOTAS

1 Termo pensado a partir de Deleuze e Gatarri (1995) quando expõe os *agenciamentos coletivos de enunciação*: “um agenciamento é precisamente este crescimento das dimensões numa multiplicidade que muda necessariamente de natureza à medida que ela aumente suas conexões” (p.17).

2 Dos seres híbridos dos quais fala Latour (1994), sem distinção ontológica entre natureza/sociedades.

3 Conforme Latour (2006): “l'épithète 'social' ne désigne plus une chose parmi d'autres, (...) mais un *type de connexion* entre des choses qui ne sont pas elles-mêmes sociales” (p.13, grifos do autor).

4 Principalmente quando vemos a expansão da assistência técnica e a reformulação dos saberes sobre a natureza. Neste sentido, os órgãos como Embrapa, Senar e Emater, além das escolas da família agrícola (EFA's) se tornam pontos de inflexão para a análise dos saberes sobre o campo.

5 Potência pelo devir deleuziano (*op. cit*) ou pelas características monadológicas como proposto por Tarde (2003).

6 Público é definido por Gabriel Tarde (2005): “como uma coletividade puramente espiritual,